



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

Lei nº 7.334, de 10 de março de 2022.

Dispõe sobre a fixação de avisos ou impressão de bilhetes ou cupons, em estacionamentos públicos e privados, pagos ou gratuitos, com o objetivo de exonerar ou atenuar qualquer responsabilidade destes em relação ao consumidor.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprovou de autoria dos Vereadores Alécio Espínola/PSC, Beth Leal/Republicanos, Cabral/PL, Celso Dal Molin/PL, Cidão da Telepar/PSB, Cleverson Sibulski/PROS, Dr. Lauri/PROS, Joceh da Auto Escola/MDB, Josias de Souza/MDB, Mazutti/PSC, Pedro Sampaio/PSC, Policial Madril/PSC, Professora Liliam/PT, Professor Santello/PTB, Romulo Quintino/PSC, Serginho Ribeiro/PDT, Soldado Jeferson/PV, Tiago Almeida/DEM, Valdecir Alcantara/PATRIOTA e Vilmar Melo/PP, e Eu, Presidente, nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Poderá o Poder Executivo, através de seu órgão, Procon - Procuradoria de Defesa do Consumidor, orientar e/ou obrigar todos os estacionamentos pagos ou gratuitos do município, a retirada de cartazes afixados de avisos ou impressão de bilhetes, cupons do comércio em geral e de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços, com os dizeres “NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS PELO VEICULO E/OU OBJETOS DEIXADOS EM SEU INTERIOR” ou similares, cujo objetivo seja exonerar ou atenuar qualquer responsabilidade destes em relação aos direitos do consumidor.


**Art. 2º** Entende-se por “comércio em geral” toda atividade comercial cujo estabelecimento contar com estacionamento próprio destinado aos clientes, ainda que terceirizado, oferecido de forma gratuita ou não.

**Art. 3º** O descumprimento do disposto nesta Lei poderá sujeitar aos estabelecimentos a que se refere o art. 1º ao pagamento de multa de 30 (trinta) a 100 (cem) Unidades Fiscais do Município de Cascavel, aplicada mediante procedimento administrativo, e observada a gravidade da infração e reincidência, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor do serviço.

**Art. 4º** A instituição de órgão responsável pela fiscalização e aplicação de sanções será realizada pelo Procon - Procuradoria de Defesa do Consumidor do Município de Cascavel.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na sua data de sua publicação.

Palácio José Neves Formighieri, 70º aniversário de Cascavel.  
Cascavel, 10 de março de 2022.



**Alécio Espínola**  
Presidente